

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3274

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Avelino Pereira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 01/12/1992

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 87/92. (REVOGADA). Altera dispositivos das Leis nº 1.088, de 20/07/1976 e nº 2.038, de 21/05/1992, que dispõem sobre "Código de Obras" e "Zona de Contenção de Verticalização" do município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 2.092 de 15/12/1992).

Controle Interno – Caixa: 16 Posição: 45 Número de folhas: 03

Observação: Foi posteriormente revogada pela Lei nº 2.115, de

18/05/1993

Espécie: Pl categoria: modizion ck: 16 ordem: 45 nº jes: 01



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 6 7 92

Autor:	vereador	Jose	Lorrea	Machado
Assunt	0:			

Assunto:					
***************************************	Altera	dispositivo	s das Leis	Municipais	1088 e
	2.038.	dl 21 dl	mais d	11992	
***************************************					***************************************

	MOVIMENTO
1	Recebido em 01.12.92
2	A Com. de Leg. e Justiça em 01.12.92
3	Marcado an unime
4	/ the inservice 10.1292
5	9 sanco - 10.12.92
6	//19ev/ve-se-
7	
8	
9	
10	

Corta





Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

Altera dispositivos das Leis Municipais 1088, de 20 de julho de 1976 e 2.038, de 21 de maio de 1992.

A Camara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O inciso II, do Art. 183, da Lei Municipal nº 1088, de 20 de julho de 1976, passa a vigorar com o se guinte teor:

" II - As áreas de serviço deverão medir, pelo menos , 4,00 m2 (quatro metro s quadrados) e possuirem 1,20 m (hum metro e vinte centrímetros) na sua menor dimensão . "

Artigo 2° - A formula AF, constante do inciso II, do Art. 2° , da Lei Municipal 2.038, de 21 de maio de 1992, passa a ser definida da seguinte forma :

"AF = 2,00 N x 0,15 m, a partir da altura de 7,50 (sete metros e cinquenta centrímetros) , tendo como referência o nível do meio-fio no local de acesso de pedestres, sendo "N" igual ao número total de pavimentos, excluindo o subsolo e pilotís. "

Artigo 3º - O inciso III, do mesmo Art. 2º, da já mencionada Lei 2.038, passa a vigorar com a seguinte redação:

" III - é obrigatória a destinação de 10% (dez por cento) da área total do terreno, como área não edificada, ao longo de toda a testada. "

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, Ol de dezembro de 1992.

Vereador José Correa Machado

